



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 169

**CAMPONESES E CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA
REGIÃO DO TROMBETAS**

Rosa Elisabeth Acevedo Marin

Belém, Junho de 2004

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Marlene Rodrigues Freitas

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Luis Eduardo Aragon Vaca

Diretor Adjunto

Marilia Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Maurilio Monteiro

Luis Aragon

Marilia Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 169

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

CAMPONESES E CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA REGIÃO DO TROMBETAS

*Rosa Elizabeth Acevedo Marin*¹

Resumo:

Neste artigo analisam-se as experiências de camponeses envolvidos em conflitos sócio-ambientais ocorridos desde os anos setenta na região do rio Trombetas, gerados pelas intervenções do aparato de Estado e de empresas que, com base em políticas diferenciadas, conseguiram interferir nos modos de uso e de apropriação dos recursos dos antigos ocupantes. As resistências² do grupo repertoriam uma série de práticas para opor-se à política de preservação do órgão ambiental (IBDF e posteriormente IBAMA) e, por associação, também à da empresa de mineração que classifica como intencionalmente criminais as atividades de caça e coleta, como as ocorrências em relação à caça de tartarugas, à pesca nos lagos e à coleta da castanha. Esses antagonismos têm manifestações exteriores e representações diversas e no decorrer do processo de conflito, é possível situar negociações e impasses. A titulação de terras para os remanescentes de quilombos³ significa uma negociação na qual grupos familiares encontraram uma solução relativa, entretanto o impasse permanece para o grupo de camponeses tradicionais ou para os novos ocupantes da área da Reserva Biológica do Rio Trombetas⁴ que buscam alternativas legais para sua permanência nesse espaço.

Palavras-chave: Camponeses. Conflitos sócio-ambientais. Trombetas.

¹ Dra. em História e Civilização/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará

² Essas ações de resistência podem ser comparadas com o estudo realizado por Peluso, 1994.

³ A Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná iniciou, simultaneamente ao processo legal de titulação no INCRA, uma prática de autodemarcação das terras. Em 1995, famílias da área Boa Vista receberam o título de Reconhecimento de domínio (1.125 ha). Um ano depois foi titulada a área Água Fria (557 ha) e em 1997 foi entregue o título a famílias da área Trombetas (80.886 ha). Nos municípios de Óbidos e Oriximiná, foram entregues títulos para as famílias da área Erepecuru (218.043 ha).

⁴ A Reserva Biológica do Rio Trombetas foi criada pelo Decreto Nº 84.018 de 21/09/1979.

As sociedades contemporâneas focalizam a existência de uma crise ecológica global e o acirramento da competição pelo acesso aos recursos naturais e pelo seu uso. Sobre os conflitos locais reforça-se a hipótese de que lutas religiosas, políticas e étnicas encobrem processos de apropriação de recursos escassos – água, terras cultiváveis, florestas e minérios – e também usos e práticas produtivas agrícolas e industriais com rápido impacto na degradação da natureza. Nos países do Terceiro Mundo esses conflitos envolvem sociedades agrárias que chegam a ter a reprodução física limitada e experimentam rápidas mudanças nas relações sociais e no seu universo cultural.

Diversas situações empíricas verificadas na Amazônia brasileira podem ser analisadas como conflitos sócio-ambientais, nos quais os atores ou as coletividades manifestam interesses e motivações antagônicas. As lutas de grupos indígenas e de diversas categorias profissionais, como seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, pescadores, garimpeiros, entre outras, têm a conotação de defesa e preservação de sistemas específicos de uso dos recursos naturais que muitas vezes não se compatibilizam com as políticas fundiárias e preservacionistas que desconhecem as concepções e as necessidades que o grupo materializa sobre o território.

A integração da região amazônica aos mercados interno e externo, processo impulsionado, sobretudo, pela construção de infraestrutura e pela alocação de grandes superfícies de terra para pecuária e a comercialização de recursos florestais (madeiras, palmeiras), minerais e aquáticos em grande escala desencadearam-se graves conflitos agrários aos quais subjazem os danos causados ao meio ambiente. Essas situações de apropriação privada da natureza atingem diretamente os camponeses que experimentam restrições de uso e a acesso aos recursos. Várias intervenções deixaram um lastro de danos sociais e ecológicos incalculáveis, mais graves ainda quando esses grupos experimentam remoções drásticas, imigrações forçadas, desemprego, violência física e simbólica. Para alguns grupos indígenas, os conflitos representam uma carga de violência que ultrapassa o nível de tolerância nas suas relações cotidianas (Vidal, 1991) e o mesmo pode ser observado em relação a segmentos do campesinato (Almeida, 1991, 1993, 1994; Benatti, 1998).

Neste artigo analisam-se as experiências de camponeses envolvidos em conflitos sócio-ambientais ocorridos desde os anos setenta na região do rio Trombetas, gerados pelas intervenções do aparato de Estado e de empresas que, com base em políticas diferenciadas, conseguiram interferir nos modos de uso e de apropriação dos recursos dos antigos ocupantes. As resistências⁵ do grupo repertoriaram uma série de práticas para opor-se à política de preservação do órgão ambiental (IBDF e posteriormente IBAMA) e, por associação, também à da empresa de mineração que classifica como intencionalmente criminais as atividades de caça e coleta, como as ocorrências em relação à caça de tartarugas, à pesca nos lagos e à coleta da castanha. Esses antagonismos têm manifestações exteriores e representações diversas e no decorrer do processo de conflito, é possível situar negociações e impasses. A titulação de terras para os

⁵ Essas ações de resistência podem ser comparadas com o estudo realizado por Peluso, 1994.

remanescentes de quilombos⁶ significa uma negociação na qual grupos familiares encontraram uma solução relativa, entretanto o impasse permanece para o grupo de camponeses tradicionais ou para os novos ocupantes da área da Reserva Biológica do Rio Trombetas⁷ que buscam alternativas legais para sua permanência nesse espaço.

Uma sociedade de abundância vivendo sob normas restritivas de uso

De forma genérica, a Amazônia toda é associada à riqueza de recursos naturais – água, fauna, flora, terras cultiváveis. Sinteticamente podemos afirmar que os limites impostos a uma sociedade de abundância provêm de sistemas de exploração por demanda interna e externa dos recursos que correm o risco de exaurir-se e de determinações políticas que definem usos e regras de acesso restritivos para um grupo, podendo favorecer outros.

Diversos trabalhos datados do final do século XIX representam as sociedades indígenas e as formadas por quilombolas localizados na planície do rio Trombetas como sociedades de abundância. Tavares Bastos menciona as quantidades e qualidades do tabaco cultivado e comercializado pelos negros do Trombetas na cidade de Óbidos, destacando igualmente sua dedicação ao cultivo da mandioca (1975). Também as terras situadas às margens do rio Trombetas colocavam no mercado regional óleo de copaíba, salsaparrilha, madeira e a castanha proveniente das terras altas.

As florestas, os lagos, os igarapés e o grande rio contêm riquezas que impressionaram as autoridades e os viajantes. Ferreira Pena mencionava que o rio Trombetas podia fornecer toda a madeira de que o Estado precisasse para as construções e isto durante longos anos (Penna, 1973, 152). Barbosa Rodrigues (1875, 27-28) igualmente ressalta a importância do cultivo da mandioca e da fabricação de farinha, do algodão e do tabaco e escreve que os “mocambistas” “apesar da troca de gêneros vivem maltrapilhos, alguns nus, usando comumente arco e flecha, estando, porém, todos armados com armas de fogo”.

Coudreau (1901) faz menção às capoeiras da vila de Cachoeira Porteira, aos fornos de mandioca, às madeiras empregadas para a fabricação das canoas e frisa ainda que *cada mocambeiro* tem uma pequena plantação de cacau, produz farinha suficiente para ele e sua família, vive da caça, da pesca e a *castanha lhe permite comprar uma calça e uma camisa e fazer festas*. Observou igualmente a compleição física, bem nutrida do grupo. Cruis (1955, 211) esteve no rio Erepecuru, afluente do rio Trombetas e registrou suas impressões: “uma tribo de pretos, os Mecerô (talvez corruptela de negro) em estado de completo asselvajamento e fazendo a vida dos nossos índios”.

6 A Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná iniciou, simultaneamente ao processo legal de titulação no INCRA, uma prática de autodemarcação das terras. Em 1995, famílias da área Boa Vista receberam o título de Reconhecimento de domínio (1.125 ha). Um ano depois foi titulada a área Água Fria (557 ha) e em 1997 foi entregue o título a famílias da área Trombetas (80.886 ha). Nos municípios de Óbidos e Oriximiná, foram entregues títulos para as famílias da área Erepecuru (218.043 ha).

7 A Reserva Biológica do Rio Trombetas foi criada pelo Decreto Nº 84.018 de 21/09/1979.

A representação da abundância por esses visitantes está relacionada à capacidade de produzir bens para o mercado; hábitos e aparências são associados à condição de *maltrapilhos e pobres*. As propostas que partiram da sociedade branca para esse campesinato negro e mestiço orientavam-se para o aumento das trocas, para sua participação como soldados na Guerra do Paraguai e para a aceitação das missões religiosas, o que estava dissociado dos interesses dos grupos (Acevedo e Castro, 1998).

Esses camponeses elaboram, igualmente, uma representação de abundância sob um prisma diferente, que guarda relação com o conjunto dos recursos naturais considerados imprescindíveis ao seu modo de vida. Os descendentes de quilombolas identificam os fornos ou tachos grandes para fabricação da farinha, os plantios de algodão, que era fiado para tecer redes, as áreas de caça e de pesca que os antepassados experimentaram durante sua permanência no sistema de cachoeiras e no habitat do rio Trombetas, novo território conquistado no qual conservaram e adaptaram práticas de uso e modalidades de acesso para se prover de alimentos, de habitação, ou encontrar espaços de lazer e de recriação da espiritualidade.

O grupo negro, confrontado com as etnias circundantes – indígenas e brancos –, disputou o território de sobrevivência quando essas étnicas representavam um obstáculo ao regime de abundância. Diversas narrativas apresentam os territórios efetivamente ocupados e as normas consuetudinárias que disciplinavam o uso da terra e dos recursos. Todavia, a narrativa da abundância é repleta de detalhes sobre os costumes e as regras de uso dos recursos. A cheia do rio ou o período de estiagem obrigavam a transferir as casas de uma margem do rio à outra. O inverno coincidia com o deslocamento coletivo para os castanhais. Havia a temporada de caça da tartaruga e de animais de pele. Outro conjunto de regras funcionava para abrir um novo povoado conforme estratégias de ocupação fundadas no parentesco. O direito aos recursos tem na base uma jurisprudência étnica e camponesa, fundamentada no direito ao território conquistado pelos ancestrais quilombolas e, de forma concreta, nas capacidades de uso e de manejo dos recursos. As roças dos camponeses de mais idade são mais próximas de suas casas, também construídas nos lugares mais acessíveis.

As práticas de acesso obedecem a uma série de códigos sobre o tempo e de regras para a escolha dos lugares de caça e pesca, para a abertura de roças, para as colocações num castanhal ou setor de um lago. Formaram-se espaços contínuos como sendo patrimônio de algumas famílias, que se constituíam como “nichos” aos quais o grupo se adaptou e que podiam entrar em competição mínima pelos recursos (Barth, 1998, 201). Essas representações correspondem a um tipo particular de relações entre a sociedade e a natureza. O território é uma fonte de identidade social, que adquire um valor simbólico e, portanto, ultrapassa qualquer valor econômico ou meramente ecológico.

Na década de setenta, teve início a intervenção agressiva de particulares, de empresas e de órgãos públicos que percorreram todo o rio Trombetas. Subindo o rio, está a faixa de terra onde se instalou a Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas, interessada na exploração da bauxita. Com a delimitação

da área abrangida pela Reserva Biológica do Rio Trombetas, na margem esquerda fechou-se esse segmento. No outro extremo, em Cachoeira Porteira, localizaram-se as firmas responsáveis pela abertura de um ramal da Perimetral Norte e pelas obras do projeto de construção da hidrelétrica Cachoeira Porteira.

A Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO) desde 1979 tem desencadeado conflitos e tensões a propósito do uso de recursos faunísticos e florestais para os antigos grupos camponeses e para neocamponeses. A experiência de grupos camponeses localizados na área decretada é diferente de outras situações nas quais é facultado o uso dos recursos às populações localizadas em unidades de conservação. A Reserva Biológica do Trombetas inscreve-se em um estatuto de uso restrito. Esse caráter tem implicações para os grupos que ocuparam desde o século XIX esse território e para os recém-chegados. As situações de conflito colocam esses grupos em oposição ao IBAMA e aos agentes econômicos que têm subido o rio para desenvolver atividades extrativas minerais e de pesca. A estratégia de invisibilizar o grupo utilizada por esses agentes tem continuidade nas políticas de preservação que excluem sua presença e lhes impõe uma posição limiar, de semiclandestinidad.

O grupo negro compartilha uma origem comum vinculada com os quilombos que se formaram nas cachoeiras e as famílias que mais tarde ocuparam, estrategicamente, o baixo e médio rio Trombetas. O significado do território associa-se a essa porção da natureza e do espaço que conquistaram e reivindicam, deste então, como o lugar onde gerações sucessivas encontraram condições permanentes para explorar meios materiais de existência e relações sociais. Sobre a representação desse território, elaboram uma unidade política articulada à identidade de remanescentes de quilombos. A construção da sociedade e a estrutura de relações de parentesco, políticas e religiosas fornecem uma concepção do direito do grupo. Também as práticas de colheita e de agricultura acopladas a um calendário agroextrativo correspondem a uma concepção de modos de exploração dos recursos existentes com regras de acesso a determinadas áreas, de captura de espécies em tempos regulares, de modalidades de agricultura definidas por condições materiais, ecológicas e tecnológicas. O grupo definia as normas de uso e as sanções, que podiam ser mudadas por negociação coletiva. A dimensão espacial está vinculada à idéia de circulação livre por lagos, igarapés e florestas, diferente da ordem da unidade de conservação que estabelece restrições à entrada em lagos para pescar ou simplesmente impõe a navegação dentro dos limites arbitrários definidos no estatuto desse tipo de unidade de conservação.

No estatuto da REBIO, é proibido circular, coletar, caçar, pescar e abrir roças, todas essas interdições partem dos agentes responsáveis pela Unidade de Conservação, que definem penalidades e que exercem sua força ao apreender apetrechos de pesca e de produtos, destruir casas e prender indivíduos. Hoje em dia esses atos de violência física, coagidos pela denúncia, são menos frequentes, mas não desaparece a vigilância sobre esses ocupantes⁸, a acusação explícita ou velada e o controle dos

⁸ Na REBIO, deve reconhecer-se a heterogeneidade das situações de ocupação das terras. Dentro dos limites geográficos dessa UC, encontram-se os povoados de Ajudante Erepecu, Juquiri, Juquirizinho ou Juquiri de Baixo, Jamari e Cachoeira Porteira; além do núcleo de famílias de Mussurá. Algumas delas ocupam as terras às margens do lago Mussurá e Igarapé do Inferno, já tituladas como terras de quilombolas, para moradia e serviços comunitários,

deslocamentos dentro da REBIO. As falas revelam um sentimento de perseguição e o medo que toma conta do coletivo que está subordinado aos agentes responsáveis pelo cumprimento dos dispositivos da unidade de conservação.

Os conflitos que se instalam dizem respeito aos direitos negados a esses camponeses pelo regime de apropriação privada da empresa ou pela administração do órgão ambiental. O poder do órgão federal e do agente empresarial prevalece sobre o poder dos camponeses. Diante das competências definidas pela autoridade externa, esse grupo tem uma capacidade reduzida de propor e negociar acordos.

Histórico dos conflitos

Até os anos setenta os negros foram praticamente os únicos ocupantes às margens do rio Trombetas, desde o povoado de Boa Vista até Cachoeira Porteira, e ainda subindo o rio Erepecuru, nos sítios onde estabeleceram as casas, abriram quintais e plantaram roças. Calculada a população em seis mil pessoas em 1989, mas não se sabia claramente quantas famílias tinham abandonado os lugares de conflito e se dirigido para as cidades de Oriximiná, Óbidos ou para a mais distante, Santarém.

À margem direita do rio Trombetas, foi concedida em 1967 uma área de lavra de 65.552 hectares para o projeto de beneficiamento primário de bauxita a favor à MRN. Uma segunda doação feita em 1977 pelo INCRA favoreceu-a com mais 87.528 hectares e a empresa havia comprado uma posse de 400 hectares de uma família de Boa Vista. Ao todo adquiriu direitos sobre 153.480 hectares. Parte desse território formava o patrimônio das famílias que “abriram o povoado” de Boa Vista sobre o qual se têm notícias desde o início do século XX. Nesse lugar havia cedro, acapu, castanha e plantaram cacau abundantemente. O início das obras da MRN em meados dos anos setenta foi motivo de tensão e insegurança para os antigos ocupantes do rio Trombetas, sentimentos que logo se dissiparam entre as elites locais que acolheram o projeto de mineração em nome do progresso e do desenvolvimento local. A justificativa de geração de emprego e de renda fez com que o projeto conquistasse adesões no espaço urbano, enquanto às comunidades cadastradas foram oferecidas as estruturas de comércio, serviços educacionais, de saúde. Esses parques benefícios foram, com o decorrer do tempo, abertamente contestado, pois em troca os beneficiários perdiam a capacidade de se deslocar em um território de conquista que lhes era familiar e representava abundância, fartura e liberdade.

Nessa margem foi criada em 1989 a Floresta Nacional de Saracá Taquera⁹, que corresponde a uma área de 429.600 hectares. O estatuto de direito privado da empresa e o da Floresta Nacional retiraram dos herdeiros das famílias o lago Batata onde costumavam realizar grandes pescarias. Além disso o lago foi

porém usam recursos da REBIO, para isso bastando atravessar o igarapé do Inferno, onde se encontram seus roçados, fontes de pesca, de caça e uma vasta gama de produtos agrossilvestres.

⁹ A FLONA Saracá Taquera foi criada pelo Decreto nº 98.704/1989. Os artigos 2º e 4º desse decreto legitimam a ação da MNR, permitindo a lavra de minérios dentro da área da FLONA.

poluído com os rejeitos de bauxita, o que também ocorreu com o igarapé Água Fria. Para as obras de construção da fábrica e da vila empresarial de Porto Trombetas, foram derrubadas centenas de árvores, e a transformação profunda e rápida da paisagem foi acompanhada por novas relações sociais e de poder ditadas pela empresa. A carteirinha concedida a alguns “cadastrados” pela MRN tem a forma de um passaporte étnico; os antigos moradores eram os estrangeiros nas terras e nos espaços do empreendimento: a ele somente podiam ter acesso com autorização da direção.

A Reserva Biológica do Rio Trombetas, à margem esquerda, impedia a presença de camponeses tradicionais nesse lado do rio. Com uma extensão de 385.000 hectares, a Reserva tem um estatuto de uso restrito que modifica as condições materiais anteriores de uma sociedade de abundância. Repetidas vezes os antigos ocupantes foram expulsos da REBIO, enquanto os recém-chegados – muitos deles trabalhadores da fase de construção do empreendimento – tiveram autorização e até foram estimulados a se instalar em pontos estratégicos. Essa é a origem da ocupação dos lagos Ajudante e Mussura no Baixo Trombetas. Entretanto, o campesinato tradicional e os novos ocupantes vivem sob um sistema de controle inspirado na política preservacionista do Estado, que os pressiona para que saiam da REBIO.

Hoje, as margens esquerda e direita do rio Trombetas mostram heterogeneidade de uso e de formas de ocupação das terras. O divisor foi criado com a intervenção de governos, num primeiro momento, favorecendo o usufruto privado da terra por meio das concessões feitas em nome de empresas, firmas e particulares para explorar minerais, madeiras e pesca. Outro marco é representado pela pressão política dos remanescentes de quilombos, que legaliza as formas de apropriação coletiva¹⁰, que por sua vez são resultado de negociações para reduzir o conflito entre esses grupos e a Mineração Rio do Norte e o IBAMA (antes IBDF), responsável pela política ambiental.

O conflito sócio-ambiental é revelador de dinâmicas fundiárias recentes, de representações antagônicas entre agentes e atores em relação ao território, de regras assimétricas de acesso aos recursos e de objetivos contrários. Os castanhais e os lagos usados pelas famílias de Boa Vista ficaram totalmente sob o domínio da firma que proibiu a pesca e a caça nesse espaço. Os antigos ocupantes passaram a viver conforme a nova política da empresa, sendo severamente reprimidos quando ousavam infringir as normas. As famílias de Boa Vista experimentaram o abalo dos seus meios de vida e trabalho e das práticas culturais que lhes asseguraram unidade no passado. Noventa famílias foram incitadas pela MRN a se deslocarem da área por ela reservada.

Quase imediatamente deu-se o movimento para a instalação do acampamento da mineração Santa Patrícia, atingindo um grupo de famílias que se havia fixado no lugar Terra Preta, vindas do lago do Macaco. Nas redondezas do igarapé Terra Preta e do lago Ajudante, faziam a colheita de castanha. A firma ofereceu minguiadas indenizações e tentou retirar todos os moradores desse igarapé, e aqueles que

¹⁰ Benatti utiliza a noção de *apossamento* e opina que na ótica fundiária essa ação das populações tradicionais lhes garante direitos como posseiros. O autor emprega como sinônimos os termos *moradores*, *população tradicional*, *pequenos produtores rurais de base familiar* (Benatti, 1998, 41). Essas noções negligenciam as referências à origem étnica, contexto histórico e envolvimento diferenciados dos grupos em lutas pelo território de conquista.

resistiram foram ameaçados de prisão. O discurso das pessoas entrevistadas mostrava uma situação irreversível de antagonismo entre elas e as empresas. Os atos revestidos de violência levaram a ao desmantelamento transitório das moradias, e as famílias se fixaram à margem direita, onde, em 1990, seria retomado o projeto de exploração de bauxita pela ALCOA Sociedade Anônima. Isso fez recrudescer o clima de insegurança e de ameaças.

A Reserva Biológica do Rio Trombetas atende ao objetivo nacional definido no II PND de “atingir o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastar o patrimônio nacional de recursos naturais” (Brasil, SEPLAN, 1976) e ainda no estabelecido no III PND sobre a “imediate designação de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Reservas Biológicas” previsto nessa política de desenvolvimento. As políticas em relação à Amazônia são sustentadas pelo II PDA e do Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Póloamazônia) que definem a região do Trombetas como um pólo mineral e também decretaram a criação de duas unidades de conservação: a REBIO e a Floresta Nacional de Saracá Taquera.

Na década de oitenta os antigos ocupantes experimentaram as ações do IBDF derivadas do decreto de criação da REBIO. As antigas posses mansas dos patrões – donos de castanhais – adquiridas pela Xingu S. A foram objeto de indenização pelo IBDF comprometendo-se os beneficiados ante aquele órgão em limpar as terras dos “seculares ‘posseiros’” (Salles, 1990) e para esse fim recorreu à polícia. Vários atos de violência foram registrados na imprensa. A extinção do IBDF foi seguida da atuação do IBAMA, cuja competência para cumprir suas atribuições é contestada pelo grupo e pelas entidades de apoio. Todos se declaram críticos do IBAMA e fazem eco de relatos sobre acontecimentos que outros viveram; sempre são feitas queixas, quase em coro, destacando a parcialidade dos agentes, a intolerância e a falta de operacionalidade das instruções.

Mas, ao mesmo tempo, nesses discursos, os atores locais mostram-se aptos a colaborar na preservação dos recursos. O discurso de crítica ao órgão responde a uma violência física e simbólica que os vitima e os acusa do quase extermínio da tartaruga. Com isso reivindicam um papel de atores ecológicos conscientes da responsabilidade na manutenção desse ambiente.

Os camponeses defendem a permanência no espaço e buscam negociar condições favoráveis ao acesso e uso dos recursos. As famílias que tiveram o reconhecimento de domínio na margem direita informam, por experiência, que os castanhais mais ricos encontram-se do lado da REBIO. Por isto reivindicam a demarcação e a titulação de terras localizadas dentro da REBIO e nas quais os grupos remanescentes e não-remanescentes consideram ter direito à permanência. O órgão, por seu lado, vela para manter a REBIO sem os “moradores”.

Os conflitos ocupam um campo abrangente e, embora digam respeito de forma marcante às famílias da margem esquerda, é possível destacar tensões e conflitos intracomunitários e intercomunitários

que têm origem no conflito mais recalcitrante entre IBAMA/MRN e as comunidades com suas representações políticas e religiosas.

As raízes do conflito estão no modo de apropriação relacionado ao direito de acesso e no direito de uso relacionado a formas de representação dos recursos. Em alguns momentos, o nível do conflito intercomunitário tem também base em uma clivagem de identidade, enquanto os extracomunitários têm vínculo com outro critério de territorialidade, de norma de direito e de nível da organização. Temos assim o direito costumeiro por oposição ao jurídico e a visão coletiva, de patrimônio comum em oposição à visão privada.

A concepção de patrimônio comum elabora formas de direito e obrigações em que a terra não é mercadoria, mas uma fonte de identidade social coletiva, e que adquire um valor simbólico, o qual excede seu valor econômico. Desde o início da década de noventa, os grupos de remanescentes de quilombos do Médio Amazonas, apoiados nas suas instâncias de organização e de representação, Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) uma associação do município, por área e por localidade começaram a capitalizar essa articulação para demandar a demarcação das terras com apoio no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Constituição de 1988). Dessas ações resultou a demarcação entre 1995 e 1999 de seis áreas nos municípios de Oriximiná e Obidos que totalizam 307.526 hectares¹¹. A Comissão Pro-Índio, que assessora o grupo, informa que o processo de regularização dessas áreas envolveu conflitos entre “quilombolas e ribeirinhos e uma polêmica quanto à forma de titulação (coletiva ou individual)”. Assinala que, “as discordâncias quanto ao direito à terra e a melhor forma de exploração dos recursos naturais nela existentes sempre foram um fator de tensão e conflito entre os quilombolas e os demais segmentos da população rural de Oriximiná” (CPI, 2000).

Entender essa relação entre os modos de vida e a constituição de campos de conflituosidade hoje no Trombetas remete às articulações políticas entre atores antigos, entre eles os comerciantes, os atravessadores, os patrões, os donos de empresas madeireiras e os vereadores que voltam a mostrar interesse pelas terras e pelo grupo de novos pretendentes incentivados pelo Plano Brasil em Ação. Assim, a dinâmica socioeconômica configura campos novos de conflito que são refeitos no movimento de expansão da fronteira, das articulações políticas estabelecidas com maior precisão. A Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Oriximiná (ASTRO) intermedia os pleitos dos “ribeirinhos e caboclos”, embora envolvendo outros setores do município, e estabelece estratégias nas quais demanda terras individuais, ainda que no processo de demarcação das terras dos remanescentes se requeira a titulação coletiva.

Assim, as áreas já demarcadas têm significado o encaminhamento de um processo de negociação que visa reduzir as oposições dentro das comunidades e a contemplar os interesses daqueles que compartilham os princípios da titulação coletiva e de famílias que fazem opção pela titulação individual.

¹¹ Conforme dados do quadro Comunidades Remanescentes de Quilombos que receberam título coletivo da terra. (Governo do Estado do Pará, [s.d]).

Nessas propostas, manifestam-se interesses específicos aos quais se misturam relações e tensões étnico-culturais. A titulação envolve um longo e demorado processo jurídico nas instâncias e nos órgãos responsáveis pela política fundiária: o INCRA, no nível da federação, e o ITERPA, no nível estadual. O campo de tensões e mediações no espaço político dos atores se situa em um tempo que pode ser favorável a uma proposta em detrimento da outra acrescentando elementos que tornam complexas as decisões, antes pouco visíveis, como a influência de credos religiosos que parecem separar as comunidades ou as eventuais mudanças na posição do executivo estadual.

Erepecu, Juquiri, Jamari, Juquirizinho e Cachoeira Porteira representam parte da história da antiga ocupação por grupos remanescentes de quilombos. As primeiras quatro comunidades têm um discurso definido quanto ao pleito de titulação coletiva das terras. Defendem o reconhecimento de um regime de usufruto comum, contrariamente ao padrão de apropriação privada instituído pelos órgãos fundiários. Entretanto, os moradores de Cachoeira Porteira, menos aderentes, até o presente, ao movimento da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, parecem mais interessados em inserir-se em projetos do governo municipal, como títulos individuais e projetos de criação de áreas de turismo.

Os resultados da luta pela demarcação mobilizam grupos que se afastaram das áreas há mais de uma década e retornam apresentando reivindicações de reintegração. Nesse sentido, a ARQMO enfrenta as comunidades que, em jogo de alteridade, afirmam que já não mais são mais *comunidades*, mas manifestam interesse de participar no processo de titulação, aderindo a projetos do tipo assentamento em lotes individuais. Todavia, esse último processo é profundamente conflituoso e é favorecido pela demora das ações do Estado, o que contribui para acirrar “diferenças”, tensões e conflitos que atravessam o grupo. Um exemplo dessa situação de conflito encontra-se na criação da Associação de Trabalhadores Rurais de Oriximiná (ASTRO) que abre espaço para interesses na exploração de madeira e da pesca, que se apoiaria na concessão de áreas, conforme proposta do ITERPA. A idéia de uma fronteira aberta coincide com essas diversas situações sociais identificadas.

A dinâmica socio-econômica estimula o movimento de expansão da fronteira, mas agora em frentes que sobem o rio, sob articulações políticas estabelecidas talvez com maior precisão. As reivindicações interpostas pela associação dos ribeirinhos/caboclos (ASTRO) mostram o grau de complexidade que assume o problema das terras nessa área. A questão central gira em torno, portanto, da titulação das terras com reconhecimento de direitos de ancianidade e de direitos de regularização fundiária nos termos da lei, contemplando títulos individuais. Um leque de questões permanece em aberto, em face dos interesses em confronto. Para os grupos que ali permanecem – os remanescentes de quilombos – a afirmação política se sustenta na diferença étnica, colocada à prova dados os novos interesses que se materializaram na década de 90.

Estratégias de acesso aos recursos

Subindo o rio alcança-se a entrada do lago Erepecu, onde se registram mais frequentemente conflitos. Erepecu é um importante povoado quilombola situado dentro da REBIO, menor apenas que Cachoeira Porteira e Jamari, fazendo parte da unidade política da ARQMO, entidade política que reconhece que aí se cristaliza o maior nível de conflitos e entende que no seu processo de mobilização, há necessidade de propor soluções e de abrir a negociação. O lago Erepecu é porta de entrada dos grandes castanhais que se espalham pelas suas margens e no interior das terras. Ainda hoje, os entrevistados recordam que a chegada da safra de castanha reunia todos os parentes que se internavam nas matas, o que não era difícil visto que os recursos eram livres. Mas esse mesmo movimento passou a ser causa de conflito, que tende a se agravar, se não forem reduzidos os principais motivos de tensão: a proibição da colheita pelo IBAMA e o não respeito de regras de colheita.

Vigorava antes um sistema de regras que regia o trabalho na mata e que se inscreve em um direito costumeiro. Uma das regras impunha o respeito à castanha amontoada na mata por um outro castanheiro: esse produto era o resultado de sua jornada de trabalho. Hoje essa regra escapa ao controle das famílias que moram no lago Erepecu, pois o “roubo da castanha” tornou-se freqüente. A diminuição da produção da castanheira seria a explicação, embora os moradores reconheçam uma sazonalidade natural, com anos mais abundantes que outros. O Erepecu recebe, na época de safra, dezenas de famílias que vêm de longe e sobem o rio para coletar castanha; elas competem com os grupos que ali residem de forma permanente. Portanto, verifica-se uma reatualização do conflito pela apropriação dos frutos.

A terra firme e a várzea e as ilhas formadas dentro dos lagos e rios conformam os habitats que, depois de longos processos de adaptação, proveram o grupo social de meios de subsistência. Jamari é um assentamento da família Macaxeira desde fins do século XIX, um dos maiores ramos familiares do rio Trombetas, que teria começado em Alenquer. O patriarca do local nasceu no Lago de Moura e “agradou-se das redondezas da Lagoa do Cabeçudo e aqui formou sua família”. Idêntico desejo dominou os seus irmãos, pois se dispersaram em outros povoados.

Já Cachoeira Porteira foi a matriz de onde partiu o povoamento de outros lugares no Trombetas. De dois lugares – Nova Amizade e Arrozal – saíram grupos de famílias para Tapagem, Boa Vista e Terra Preta. São os movimentos que permitem encontrar os troncos familiares dos rios Trombetas e do rio Erepecuru. Esse povoamento inicial permaneceu pouco alterado até meados dos anos 70. Havia seguido um padrão nuclear com casas próximas. Com freqüência, nesse lugar, entravam os regatões e agentes de algumas casas comerciais de Oriximiná, que incorporaram os negros como extratores de castanha envolvidos em relações de clientela. O lugar é reconhecido de forma indubitável por viajantes, embora tenha mudado de posição e de status. Coudreau denomina-o de Colônia e ficava acima do cemitério do Tauari; também os mais velhos de Cachoeira referem-se a Nova Amizade. No início do século XX as mudanças ocorreram quando já era o berço das famílias Vieira e Santos, que viveram na Colônia. Outro sítio descendo do rio era Santo Antônio. As mulheres têm especial lugar na história de Cachoeira, como

fundadoras. É o caso de Joana Viana, Gertrudes dos Santos e Augusta Vieira, que vieram “na época dos escravos, corridas da escravidão, quando queriam pegar os escravos”. Essa forma de organização identifica o sistema de matrilocalidade do rio Trombetas.

No extremo, Cachoeira Porteira recebeu o impacto das atividades que serviriam de apoio à MRN, mas também o da construção de um trecho da Estrada Perimetral Norte e dos levantamentos que foram realizados para o projeto de construção da hidrelétrica de Chuvisco e da estrada citada, recebendo o pessoal das construtoras Andrade Gutierrez, Engerio, além de um batalhão do BEC, empregados da PETROBRAS e das novas firmas que adquiriram terras na área.

Sistemas de uso dos recursos

Na margem esquerda do rio Trombetas, à altura das referências feitas com marcas (57 e 59) colocadas nas árvores, começa a REBIO. Ali se abre um “largo” que constitui o início do lago Mussurá. Entrando-se no lago Mussurá, divisa-se uma formação de terra firme e umas 20 casas, inclusive adentrando-se no igarapé do Inferno. Do lado direito, observa-se uma extensão de terras desmatadas. Os ocupantes têm criatórios de bodes, gado e aves. Os troncos de castanheiras que sofreram o impacto do fogo e a pastagem indicam que a base da economia local é a pecuária, deixando atrás sua origem agroextrativista. Otille Coudreau (1901) mencionava, na sua descrição de viagem através do rio Trombetas, o lago Mussurá, que recebia os coletores da castanha que ali construía rústicas barracas.

Esses ecossistemas de várzea e de terra firme espalham-se pelas margens de ilhas e lagos. A paisagem sofre alterações importantes com os movimentos de marés no inverno e no verão, dificultando neste caso o acesso de barcos a partir do perímetro em que o lago estreita-se e dá passagem para as terras mais interiores, através dos igarapés. É uma zona com forte presença aquática e com conformações distintas com o trocar das estações, no inverno, quando as grandes águas ligam o Mussurá ao lago Ajudante, por detrás do rio Trombetas. Foram outrora lugares de perambulação, caça, pesca e coleta de borracha e castanha, por antigos ocupantes.

A área de Mussurá constitui o limite da frente pecuária que foi detida na sua expansão pela criação da REBIO. Poderia ser feita a leitura de permissibilidade dessa ocupação com base na pecuária, dado o desmatamento ostensivo que se estende em direção da unidade de conservação. Aqui as possibilidades de manejo estão prejudicadas pela homogeneização e pela unicidade de uso; domina a pastagem artificial, que não admite outra forma de aproveitamento dos recursos terra e solo. Por esse detalhe, o espaço diferencia-se do conjunto dos povoados existentes dentro da REBIO. O destaque estabelece-se na linha demarcatória do Igarapé do Inferno.

A situação de Mussurá assemelha-se à do lago Ajudante. A área reúne moradores mais dispersos espacialmente que os de povoados de remanescentes encontrados subindo o rio Trombetas. Numa maior aproximação, é possível encontrar laços familiares que os entrecruzam e que permitem tecer uma unidade

como comunidade. São sete as famílias formadoras do Lago Ajudante nesta fase de ocupação por grupos identificados como *caboclos ou ribeirinhos*, e a liderança é mantida por um migrante de Óbidos que a exerce a partir do seu lugar social na igreja Assembléia de Deus e de espaços políticos na ASTRO. Essa liderança não está isenta de contestações dos seus vizinhos, mas no fundamental, o conflito social advém da filiação religiosa: “crentes” opõem-se a católicos. Vários desses migrantes, alguns com vinte ou trinta anos na área, deslocaram-se à procura de emprego, de terras e de recursos ao longo do rio, fato que evidencia as mudanças provocadas pelos projetos econômicos e de infra-estrutura na região do Médio e do Alto Trombetas. Aparentemente imperceptíveis, esses movimentos de população em busca de recursos são bem mais extensos, pois a partir deles são estabelecidos laços familiares de um extremo a outro nesse contínuo que vai do igarapé do Inferno a Cachoeira Porteira.

Famílias de Boa Vista, descendentes dos quilombolas, observavam o movimento dos trabalhadores na extensão do rio e elas próprias inseriam-se nessa rotina. Nesse antigo lugar, levantavam-se barracas de castanheiros. A procura de trabalho ou de terra significava a disputa por espaços – especialmente dos lagos. Essa perspectiva mostra que os reassentados no Ajudante são os primeiros posseiros, se considerarmos a relação de mercadização das terras e a busca do reconhecimento do direito de posse que passou a dominar no modelo de ocupação introduzido a partir da década de 70. Os reassentados referiam-se a *uma negociação legal sobre terras* sob jurisdição do Estado. Reafirmam que os *lugares ocupados foram negociados, comprados como posse*, e rejeitam a categoria de *invasores* na área da REBIO, utilizada pelo IBAMA. Alguns dizem que compraram a posse, pelo que não se reconhecem nessa denominação desclassificatória. Muitos quando aqui chegaram não sabiam da proibição de morar na REBIO, dizem em várias vozes.

No lago Ajudante encontram-se ilhas permanentes, como Pombal, Palhoça, Formosa e da Congregação. Outras muito pequenas desaparecem com as cheias do inverno como áreas de várzea. A agricultura desenvolvida pelas famílias está localizada na terra firme, nas margens do lago, e há uma pequena pecuária. Para a primeira há limitações físicas, pois o terreno é do tipo arenoso e muito seco no verão. As tentativas de cultivar melancia, não deram resultado havendo ainda a perda de outras espécies. Na frente da ilha das Pombas, três famílias plantam mandioca, feijão e arroz, introduzindo bananeiras no meio do roçado. Na ilha Palhoça, cultivam-se mandioca e milho, esse último utilizado, também, como alimento para porcos e aves. Essa ilha foi toda desmatada para agricultura e formação de pastos.

Fortemente afetados pelo uso restrito dos recursos da floresta e das águas do Lago Ajudante, os moradores continuam empenhados em desenvolver a agricultura e o extrativismo da castanha. A farinha é básica, entretanto todos têm reduzido o tamanho dos roçados, pressionados pelas interdições de fazer novas queimadas na área da REBIO. Essa diminuição tem relação com a inexistência de casa de farinha no lago Ajudante, existem apenas pequenos fornos para a preparação de farinha estritamente para o consumo. As pequenas roças permitem a manutenção da família e pequenas vendas, e todos têm, portanto, a “barraca de morada que pode ser na beira e a roça pra lá, na terra firme”.

No lago Ajudante, é importante a coleta da castanha, também realizada por outras famílias ao longo do rio Trombetas e até em cidades próximas. Mas a contribuição da coleta da castanha para a renda é limitada haja vista as restrições para entrar nos castanhais. A área próxima desse lago não é pródiga em árvores, que ocupam pequenas áreas. Muitos coletores têm maior aproveitamento ao deslocar-se para o Alto Trombetas, na época da safra. A sazonalidade do trabalho com a castanha não reduz sua importância na renda das famílias, que conseguem adquirir vestimentas, utensílios para a roça e para a casa. Os castanhais do Trombetas, em algumas áreas, são objeto de disputa aberta.

Os estudos sobre a ictiofauna lacustre na região do Trombetas mostram que as espécies dos lagos são as mesmas do rio. O lago Ajudante está entre aqueles que oferecem menos variedades, o que teria várias explicações: a) a diminuição do cardume e as migrações de espécies na estação seca; b) a progressiva redução do estoque em decorrência do tipo de pesca predatória, como a batção e as redes colocadas no lago; c) os processos, ainda não estudados, de modificação da comunidade bentônica, perifítica e do plâncton. Essa alteração estaria relacionada com a sedimentação de resíduos de bauxita no lago, uma vez que o lago está mais próximo do empreendimento industrial.

A proteção da ictiofauna tem se transformado em um ponto de conflito com pescadores que vêm de Porto Trombetas e de Boa Vista. Os conflitos eclodem, sobretudo, quando os pescadores colocam redes que aprisionam todo tipo e tamanho de peixe, o que já tem levado à necessidade de interditar o acesso ao lago Ajudante. As áreas desmatadas no seu entorno, que correspondem à terra firme, têm sido destinadas à formação de pastagens que dão suporte a uma pecuária em moldes reduzidos. Essa pecuária é praticamente excepcional, embora os moradores do lago encontrem vantagem em ceder pastos ou em aluga-los para pessoas do seu conhecimento e para familiares. A ilha da Congregação, onde está a escola e a igreja, afirma-se como centro da comunidade, pela imponência da construção de alvenaria, única no lago, da Igreja Evangélica, o que pode ser interpretado como estratégia de fixação na terra e de visibilidade dos projetos de permanecer no lago Ajudante. O culto faz referência à relação conflituosa com o IBAMA e à reafirmação da necessidade de plantar roças e de retomar com mais regularidade a caça e a pesca. Os moradores reconhecem as vantagens advindas da proximidade com a MRN, que, além de representar oportunidades de trabalho – por meio das prestadoras de serviços à empresa, de pequenos trabalhos domésticos e do comércio de produtos agrícolas –, beneficia-os com uma dinâmica representada pela fiscalização e pelo controle da área pelo IBAMA, para evitar aumento dos moradores no lago.

No lago Ajudante ocorrem conflitos pelo uso dos recursos. No discurso dos moradores afluíram, de um lado, a questão das proibições e, de outro, a discriminação no emprego, na feirinha e no cadastro. Os moradores detalharam os problemas com o consumo de água do lago Ajudante. Todos os moradores há algum tempo deixaram de usar a água do lago para preparar alimentos e bebidas, pois encontram nela o gosto e o resíduo da bauxita.

O IBAMA atribuiu aos moradores de Ajudante a função de guardiões durante suas primeiras aproximações. A barreira legal na condição de UC funcionou acoplada a um dispositivo de medo que tem sido acompanhado de contravenções, não sendo os moradores os beneficiários desse instrumento de proteção ambiental, que acaba se tornando um mecanismo de proteção de terras e de recursos e de oposição à presença de outras pessoas.

As famílias de Ajudante e de Boa Vista reconhecem a assimetria das relações estabelecidas pelo IBAMA que as apontava, no passado, com mais insistência, um perigo para a fauna (em especial, para as tartarugas) e para a vegetação. Por outro lado, é impossível imaginar o movimento de apropriação dessa área sem o estatuto da reserva. Essa tendência observa-se em toda a região amazônica, onde a compra e venda da terra tem sido o ponto de partida da destruição da floresta, o retalhamento para diversos usos especulativos, indo desde a fazenda, sítio improdutivo, ao novo projeto de ecoturismo.

A Associação de Trabalhadores Rurais do Município de Oriximiná (ASTRO) tem aproximação com famílias residentes no lago Ajudante que defendem a proposta de titulação individual. A adesão não resulta de um consenso e da participação de todas as famílias, mas, está sendo encaminhada pelo grupo de *crentes*, dirigidos pelo presidente da ASTRO que teria assegurado, verbalmente às lideranças o apoio da autoridade do município para o encaminhamento do pleito aos órgãos competentes.

Restrições a pesca e à colheita nos castanhais

O lago Erepecu é considerado pelos moradores um dos principais mananciais de recursos. Ele liga, pelo interior das águas e acompanhando de perto o trajeto do rio Trombetas, os castanhais do Erepecu aos situados acima, já nas cabeceiras dos rios Cachorro e Cuminá. Para as famílias, esse lado também reúne significados simbólicos sobre divindades que ordenam as forças da natureza, talvez relacionados à abundância de água e aos sítios de grande beleza paisagística. As ilhas Marciano, no meio do lago, e as das Garças e Santa Maria são míticas pelas praias, lugares de banhos e festas. Também o lago Erepecu é abundante em peixes, sobretudo os pequenos lagos que se vão formando e abrindo-se por dentro das pontas de terras que, no verão, se tornam esconderijos da fauna aquática. De rara beleza, essas entranhas da terra, com igarapés de água às vezes muito escura, que contrasta com a areia branca das praias, são no inverno áreas de várzea recobertas com água, que pode subir vários metros. Os entrevistados evocam o passado, quando havia menos habitantes mas maior fartura no lago. Havia coletores de castanha em grande quantidade no inverno, época da coleta. As dificuldades ficavam por conta somente do isolamento e da falta de transporte. A situação atual é considerada de maior pobreza devido à proibição para pescar, caçar e colocar roça. A pesca é contínua, pois sempre foi o principal recurso, mas tem um caráter clandestino.

À chegada da safra os parentes se adentravam na mata, um costume, em função dos recursos livres. Atualmente, os recursos são um motivo de conflito. Existe um sistema de regras que rege o trabalho na mata e que se inscreve-se no direito costumeiro. Antes, havia o reconhecimento de regras, como o respeito à castanha amontoada na mata por um outro castanheiro, norma que hoje escapa ao controle das

famílias ali residentes. Hoje ocorre *roubo* de castanha, uma situação ainda mais desfavorável devido à escassez dos recursos e aos preços dos produtos na comercialização.

Os castanhais mais cotados eram de Fartura, Belo, Santa Rosa e Paraíso. A produção era abundante: “debaixo de uma árvore que enchia 30 paneiradas de ouriço de 50 a 60 ouriços em cada paneirada”. Na atualidade, as famílias esquadrinham os castanhais de: Fartura, Caxias, Mourinha, Paraíso, Cabeceira Grande, Galção, Veado, Santa Izabel, Santa Rosa e Marciana, mas a produção conjunta na safra é menor. Em 2000 foi de 398 caixas, cada uma comportando de 50 a 60 litros de castanha. Antes as famílias freqüentavam, ainda, os castanhais do alto das cachoeiras, o que deixaram de fazer, dando preferência aos castanhais das cabeceiras dos rios e igarapés por dentro do lago Erepecu, como a área da Cabeceira de Baixo, Água Verde, Mungubá, Jauari e Candieiro, que é um boqueirão que vai sair no igarapé do Estreito.

A base de fiscalização do IBAMA, na entrada do Lago Erepecu, é o ponto de controle mais rígido em função da presença dos tabuleiros de tartarugas. O grupo de caçadores de tartarugas infringe as regras da REBIO, na visão desse órgão. Mas também é o grupo que mais acentua as bases agroextrativas, com a permanência das famílias na coleta da castanha. Em Erepecu ocorrem os principais conflitos que opõem as comunidades de quilombolas ao IBAMA e à MRN. Durante várias reuniões têm ocorrido discussões para solucionar a questão central que gira em torno dos conflitos com o IBAMA e com barcos de pescadores que vêm ao lago para pescar. Nos recentes encaminhamentos, políticos propõem a formação de uma associação e a formalização do pedido de titulação da terra. A inovação fica por conta da inclusão, no próprio estatuto da associação, de regras de uso das terras efetivamente ocupadas e de seus recursos. As famílias defendem a permanência do grupo no lago Erepecu, com a demarcação e a titulação das terras consideradas de direito em razão da ancianidade da ocupação. Solicitam uma revisão do estatuto da REBIO e o desmembramento de terras da reserva. Reivindicam, portanto, a revisão total do estatuto da REBIO, o que é expresso na frase de um morador “soltar nossa área que está aprisionada na Reserva”. Entre os argumentos apresentados, eles consideram que aqui é uma Reserva, mas quando a REBIO foi criada passou por cima dos moradores que aqui já estavam. A REBIO foi feita errada e por isso sua demarcação deve ser revista”. Reconhecem que não é possível ser fiel à lei, sobretudo considerando a lei 9.985, que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza/SNUC, mas não é impossível, daí sua proposta de titulação de terras quilombolas no lago Erepecu. O argumento de patrimônio cultural toma forma associado ao dos recursos para a sobrevivência. Para esses antigos ocupantes todo o lago é área de pesca e de coleta de castanha, de domínio ancestral e de lugar para rituais de celebração do final da safra, como novenas e de santos. Enfim, a luta pela terra ocupada no passado é legítima. O direito ao território é reforçado pelo argumento de que não há outras terras para onde ir.

Jamari corresponde à metade do percurso entre Porto Trombetas e Cachoeira Porteira. Na parte anterior, está o lago Cabeçudo. A estratégia de ocupação segue um modelo que fixa parte das moradias à

margem do rio Trombetas. A partir do lago, as famílias exploram os recursos da várzea e da terra firme. O povoado de Jamari insere-se no sistema rio-lagoa, que forma a unidade principal de uso da paisagem na área e é a geoforma básica usada para o assentamento e a organização do uso da terra. Foi esse o mecanismo da territorialização que se desenvolveu até o presente entre as famílias que moram em Jamari. Atualmente, encontram-se 37 famílias distribuídas em dois núcleos familiares, um deles situado à beira do rio Trombetas e o outro localizado no lago Cabeçudo.

Todos se movem entre os lagos Cabeçudo, Juquiri e, na época de coleta de castanha, no mais longínquo deles, que é o lago de Erepecu. A beira do rio Trombetas é tão familiar quanto o trajeto por um atalho de alguns 100 metros para chegar à Lagoa ou ao lago Cabeçudo. Essa área é dominada por várzea. No inverno, as águas do lago sobem e, reduz-se a distância entre as casas e entre estas e a área de pesca. Árvores que nascem nessas margens alimentam os peixes e as tartarugas, importantes nesse habitat. Rodeando o lago, alcança-se lago Juquiri Grande e ainda o lago Erepecu, espaços que têm na terra firme mais árvores de castanha, importantes no ciclo agroextrativo do grupo. Por isso os castanhais de São Manoel, Fatura e Belo são freqüentados na época da safra. Esses trabalhadores podem demorar um dia para fazer o percurso até o castanhal mais próximo. No outro extremo do lago Cabeçudo é possível atingir Juquirzinho seguindo pelo igarapé Aracaçal e chegar, inclusive, até o povoado de Cachoeira Porteira. Há muitos anos, nesses territórios de perambulação, os recursos têm sido mais adaptados às necessidades de provisão de alimentos e têm sido usados como instrumentos de trabalho e materiais de construção. O provisão de alimentos é a necessidade vital: os recursos fornecem proteínas e calorias, mas exigem mais jornadas de trabalho. A caça de queixada, uma carne gorda e muito apreciada, pode resultar em várias horas de caminhada até os nichos. O produto serve de alimento para até 30 pessoas, entre adultos e crianças. Uma paca de bom peso pode significar a única refeição do dia.

As terras de cultivo de Jamari estão na outra margem do rio. Algumas famílias abriram até cinco quadras de roça para cultivar mandioca, macaxeira, milho e feijão; entremeando, colocam cana-de-açúcar, banana e ananás. Essa produção é quase exclusivamente para o consumo. Até dois anos atrás algumas famílias reservaram, na roça, um quadrado para plantar tabaco, conforme o costume dos antepassados. O excedente era comercializado. Desse lado do rio, há quatro casas de farinha que são identificadas como propriedades de algumas famílias, embora possam usa-las, conforme um acordo que define o dia reservado a cada uma para o preparo da farinha de mandioca. Trata-se de espaços de uso comum, regidos por critérios que tendem a elevar a racionalidade do coletivo. A prática do puxirum mobiliza o trabalho de homens e mulheres.

Com a criação da REBIO a comunidade sentiu-se muito agredida. Esse clima fez com que várias famílias saíssem amedrontadas. Foi uma arbitrariedade definir a reserva sem os antigos ocupantes e impedir suas atividades, modos de vida e organização social. O lago Cabeçudo tem sido zelosamente vigiado para que não entrem pessoas que queiram pescar. Esses atos partem das lideranças que antevêm uma ameaça aos recursos.

Dos castanhais que estão na terra firme, atravessando o lago, os trabalhadores conseguem extrair uma grande quantidade de caixas de castanha que os envaidece. A riqueza desse lugar se completa com o lago do Sal, assim chamado pela camada de sal há muito tempo retirado para uso culinário. Uma e outra margem do rio permitem uso dos recursos: castanhais, áreas de roça, de pesca. Em razão de contingências, como enchentes, as famílias são obrigadas a buscar as terras altas, deslocando assim elementos da cultura.

O povoado de Juquirizinho, em relação ao seu território, pode ser situado segundo dois ângulos. Quando se inicia a visita entrando pelo rio Trombetas destaca-se a distância do rio: as casas estão na parte mais elevada, o que é uma proteção contra a enchente no período de chuvas grandes. Quem tem a oportunidade de fazer o percurso interno do sítio conhecerá a lagoa Sucuriju, com sua bela paisagem, repleta ainda de elementos simbólicos. Provavelmente, há mais de cem anos, os índios Wai-Wai estabeleceram aí uma aldeia. O “documento” dessa ocupação é a quantidade de cacos de cerâmica espalhados nesse lugar. Com pouco esforço descobrem-se peças como cachimbos. A poucos metros do sítio dos índios, foi levantada a casa da matriarca de Juquirizinho. Todas as partes dela – janela e varanda – abrem para a lagoa Sucuriju.. A tranqüila beleza da lagoa é reservada para os mais antigos. A lagoa Sucuriju é pequena, mais roca em peixes, que o grupo familiar reconhece como um privilégio. Todo o grupo de Juquirizinho vive da agricultura e coleta. Os plantios acompanham as inclinações do terreno. O sistema de cultivo organizado entremeia dezenas de pé de maniva com banana. A prática da coleta da castanha é favorecida porque no lugar se encontra um pequeno castanhal –um “rebolado de castanha” se comparado com o “reino do Erepecu” de enormes castanhais. A pesca na lagoa Sucuriju é facilitada pela abundância. A variedade e quantidade de frutas que se encontram às margens da lagoa e servem de alimento aos peixes têm preservado os estoques. As rotas de pesca podem ser vários pontos da lagoa, mas também saem até o lago Juquirizinho.

Apesar da distância que os separa do posto de fiscalização do IBAMA, esse grupo está marcado pelos conflitos das duas décadas e embora não tenham enfatizado a acentuação de relações conflituosas que os atingisse, mostram uma memória do acontecido no lago Jacaré e do Abuí. As declarações dos entrevistados enfatizam que mais recentemente os fiscais os liberaram para trabalhar, anunciando que se viessem a indenizá-los seriam reconhecidas as benfeitorias, fato que pode ser interpretado como um processo de negociação da sua permanência na Reserva. Todavia a ambigüidade reina nas relações institucionalizadas pelo IBAMA, que passa a confundir e manter o desconforto nas trocas com os agentes responsáveis pela REBIO.

Cachoeira Porteira

Cachoeira Porteira é uma encruzilhada de rios. De um lado, recebe o Mapuera e, do outro, o Cachorro. A mais importante cachoeira foi é a do Turuna, a mais escondida. Um grupo de quilombolas ficou na Campiche. Esse era o *rio da Festa*. Assim se referiu um informante a alguns trechos. Do lado do Cachorro se atingia o Curiaú. Cotejando as informações desse narrador de Cachoeira com as de Goulart

(1986), encontramos a narrativa sobre a “Cidade Maravilha”, um lugar importante para os escravos que tiveram como líder o Atanázio. O “Maravilha” tem como sítio histórico a “capoeira” da família Vieia, a maior que existia. A área demarcada pela Reserva Biológica do Rio Trombetas tem seus limites abaixo, por trás e em cima de Cachoeira Porteira, justo no Lago Pacuru.

Famílias descendentes de indígenas e de negros, por meio de diferentes formas de miscigenação, também marcaram presença no povoamento das margens do rio. Separadas dos grupos que ali se encontravam tinham uma economia também agroextrativista, embora não predominante. Em Cachoeira Porteira, encontramos um exemplo dessa heterogeneidade. Quando as relações de patronagem começaram a desfazer-se nos anos 50 do século XX, o alto Trombetas viu chegar outros grupos familiares fora dos padrões dominantes das famílias quilombolas.

No final dos anos 80, observava-se, nessa área considerada o último povoado quilombola do Trombetas, intenso movimento de barcos, de empresas e de projetos econômicos, resultado da construção pela Eletronorte, das bases da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, da abertura de um trecho da Estrada Perimentral Norte e da presença da empresa Andrade-Gutierrez a serviço da MRN. Esse movimento encontrava-se com um outro, de trabalhadores em busca de emprego, o que aumentou o número de famílias migrantes em busca de terra para morar e plantar.

Hoje, a situação é diferente da década citada: o crescimento demográfico foi interrompido; as atividades econômicas estão reduzidas e a fiscalização do IBAMA acentuou-se por estar o povoado dentro da área da REBIO. A diminuição demográfica é mais forte no grupo originário de remanescentes de quilombos. Cachoeira Porteira é um híbrido de tempos no qual se acumulam tensões. Para os remanescentes, hoje é um novo *tempo do pega-pega*, dos que correram acima das cachoeiras.

Falando sobre o habitat e os cultivos, os mais antigos frisam que o tabaco abundava nas terras dessa zona. Os escravos trouxeram as sementes, que “havia roubado para plantar, sementes de duas casas que tinham em Óbidos”. Se fosse realizada a arqueologia do quilombo, encontrar-se-iam os sítios dos plantios de tabaco, mandioca, café, cacau, manga e até algodão. Já uma etnohistória poderia revelar as técnicas que dominaram para preparar o tabaco, ralar a mandioca, construir canoas e tecer o ubuí, que possui diversas utilidades.

Cachoeira Porteira mudou totalmente sua fisionomia. Os patrões mal financiam as safras e no seu lugar o regatão estabelece relações furtivas de compra da castanha, mas ele já não avia a família do castanheiro, nem toma sob sua responsabilidade a segurança material desse trabalhador. Esse regatão dispõe de poucos recursos para realizar a empreitada de financiar 50 ou 100 famílias. A decretação da REBIO coincide com o processo de indenização dos descendentes dos patrões que apresentaram documentos de propriedade de grandes castanhais. Os herdeiros de Costa Lima – antigo patrão – estão nesse grupo.

O antigo povoado de Cachoeira Porteira foi transferido no final dos anos 70, e no seu lugar abriu-se o acampamento a Andrade Gutierrez. A fisionomia atual resulta de sua transformação em núcleo de beira da estrada Perimetral Norte. Cachoeira Porteira foi escolhido, em 1974, como acampamento moderno de empresas, a principal foi a Andrade Gutierrez. Esses fatos sintetizam a mudança. A Cachoeira Porteira dos anos 80 chegou a contar, conforme os depoimentos de seus antigos habitantes, metade maravilhados, metade consternados, umas quatro mil pessoas. Receberam um hospital, uma grande escola com livros de graça para os estudantes e supermercado. Também havia carro, jeep, caminhão nas ruas. Mas segundo o depoimento do informante essa intervenção de empresas e governo iria significar que “depois de tudo isso, os animais não conhecem cristão”.

Os modos de apropriação dos recursos da terra firme estão mudando. Conforme dados preliminares, Cachoeira Porteira é uma das áreas de maior produção de castanha do município. Só na safra de 2000 exportou aproximadamente 6.000 hectolitros de castanha para Oriximiná e Óbidos. Apesar das restrições de uso dos recursos da REBIO, na atual fase de flexibilização, não houve limite para os coletores e comerciantes. Foram criados meios de facilitar o transporte e de favorecer o preço da castanha que foi vendida no lugar de embarque. Os coletores aumentam, todavia muitos deles vêm de fora, uma vez que as famílias coletoras tradicionais reduzem a força de trabalho, que passa a ser disponibilizada para o empreendimento mineral ou de serviços na cidade. Assim, altera-se a organização social do trabalho nos castanhais.

O movimento de retorno à coleta da castanha, de fevereiro a junho, e à agricultura foi realizado por famílias nativas que se encontram, da noite para o dia, sem as luzes, carros e pessoas da Cachoeira Porteira construída pela Andrade Gutierrez e Eletronorte. Um recorte de Cachoeira Porteira ilustra uma variedade de situações históricas e sociais interessantes. No setor da Perimetral, dividem-se mundos e grupos aparentemente antagônicos: descendentes das antigas famílias, migrantes, católicos e *crentes*, agro-extrativos e empregados. Existem ainda distinções outras, como a de freqüentar a igreja Assembléia de Deus, a Batista ou a Católica. Um grupo de famílias mora no Jardim de Deus, com o Pastor dessa igreja. Descendo aos fundos desse sítio observam-se plantios de capim e de roça. A casa de farinha é de uso comum nessas famílias.

Diversas pressões experimentam os antigos assentamentos. Os barcos de pesca sobem o rio e se movimentam para apropriar recursos nas águas liberadas pela formação do “lajedo” ou rochas expostas. De um lado e de outro desse ponto observam-se as fazendolas com pastos ocupados por um pequeno rebanho. Do outro, uma frente inicial de mineração, na direção do rio Cachoeira, e o fluxo da estrada que assegura um uso agroextrativo, com tendência a entrar numa forma dominante de apropriação privada.

Cachoeira Porteira oferece uma aparente diversidade de oportunidades a seus mais de trezentos habitantes. O emprego nas fazendas, algumas de porte médio, com até 100 cabeças, aumenta. No conjunto de entrevistados, encontramos dois contratados para esse serviço. Algumas famílias de quilombolas

formaram pastos e mantêm um diminuto rebanho. A agricultura em Cachoeira Porteira revela pouca expansão. Uma das razões está no aumento de rebanhos que se alimentam nas roças. A presença de um criador de gado *branco e búfalo*, com a proteção de grupos e órgãos locais, representa o apossamento de terras para a agricultura e a intrusão no terreno de uma família dos remanescentes de quilombo.

A atual economia da castanha de Cachoeira Porteira não corresponde aos moldes do início ou mesmo da metade do século XX. Para os coletores, as despesas são maiores. Os seis mil hectolitros de castanha comercializados em Cachoeira Porteira representaram 2.400 caixas de castanha (um hectolitro corresponde a duas caixas e meia, em média), que são vendidas a um preço de R\$ 10,00 a caixa, o que soma um milhão e quinhentos mil reais. Trata-se de uma indicação parcial da importância de cifras a considerar em um plano de manejo. Nos castanhais há, cada vez mais, uma pressão por um produto pouco valorizado no sistema de trocas.

A pesca é outra oportunidade, todavia vem ganhando contornos de conflitualidade. A prática da *batição*, uma forma de pesca feita por pessoas que dirigem voadeiras, está afastando os peixes. Aqueles que deixaram de ser agricultores ou que têm outra atividade ocupacional (carpinteiros, operadores de máquinas, braçais, entre outros) aguardam completar essa etapa para se inserir no projeto de extração do minério com a entrada da Metalmig. A organização das famílias concentra-se no trabalho da igreja Assembléia de Deus, que possui um grande barracão. Calcula-se que 90 pessoas frequentam os cultos. As divisões no interior do grupo, produzidas a partir da inserção nas igrejas, revelam as mudanças e os interesses que se refletem nas opções políticas.

A relação com o IBAMA já foi muito tensa. As famílias expõem queixas do tempo em que os fiscais chegavam às casas e, se encontravam “no fogo as panelas com o peixe cozinhando, já iam derrubando tudo”. Essas arbitrariedades cessaram, tanto mais que os entrevistados são unânimes em apresentar-se isentos de culpa em relação à captura e ao consumo de tartaruga. Houve várias manifestações favoráveis ao controle por parte desse órgão, dado o aumento da população, se não houver essa forma de fiscalização e vigilância, os recursos tornar-se-ão cada vez mais escassos, principalmente em relação à pesca e à castanha, o que já ocorreu com a madeira dessa área.

Um trecho de 220 km da Perimetral Norte foi aberto a partir de Cachoeira Porteira. Atualmente, os veículos estão com dificuldade de avançar depois do km 60. Isso tem um impacto sobre Cachoeira, pois opera-se um retalhamento da terra. Já existem vários sítios e famílias do povoado que abrem suas roças, com produção de frutas nesse espaço. Também nesses espaços estão surgindo projetos de agricultura, com perspectiva comercial, e um centro de turismo.

A dinâmica dos anos 80 foi interrompida. Somente há rastros desse momento. Aproximadamente quatrocentos habitantes dividem-se entre os que esperam um novo “élan” porque se inseriram profundamente na mudança e compartilharam esse sonho de modernidade com os migrantes e com aqueles que foram espectadores da grande cena que significou o conjunto de projetos e de empresas.

Hoje, o mais característico de Cachoeira Porteira é uma espécie de letargo associado com tensões e conflitos de maior complexidade. Internamente opera-se a divisão entre os identificados com a demarcação das terras coletivas e com as lutas da ARQMO e o grupo que defende a titulação individual. Outros aguardam as vantagens dos projetos econômicos que partem do município ou do governo de Estado.

O quadro a seguir resume a diversidade de usos nas quatro localidades situadas dentro da REBIO informando o uso de recursos dominante para a própria comunidade e para as demais comunidades.

Hierarquia dos tipos de uso da terra nos sistemas de uso das comunidades do médio rio Trombetas 2000

<i>Tipos de uso Comunidade de</i>	<i>Lago Ajudante</i>	<i>Lago Erepecu</i>	<i>Vila Jamari</i>	<i>Cachoeira Porteira</i>
<i>Para a própria comunidade de</i>	<i>Roça, pesca, extração de castanha, quintal,</i>	<i>Muita roça, pesca e extração de castanha,</i>	<i>Roça, pesca, extração de castanha, caça,</i>	<i>Roça, pesca, extração de castanha, pouca caça, extração florestal,</i>
<i>Para as demais Comunidades</i>	<i>Pecuária, quintal, pesca e outros</i>	<i>Roça, quintal e outros</i>	<i>Extrativismo florestal, caça, quintal, extração da castanha, pesca e outros</i>	<i>Manufatura de farinha, garimpo, extração de castanha, pesca, roça e outros.</i>

Fonte: Castro e Acevedo (2000).

Conclusão

Desde os anos 50 o Brasil vem construindo sua política ambiental. Nas décadas de 70 e 80 ampliou-se a concepção de Unidades de Conservação Ambiental, ao mesmo tempo em que foram

elaborados conceitos de sustentabilidade. Essa concepção está contemplada nos diversos estatutos que visam identificar áreas destinadas à preservação e à proteção da fauna, da flora, dos recursos hídricos, das paisagens e dos monumentos naturais.

A paisagem e os sistemas de uso da terra na região do médio rio Trombetas foram acintosamente transformados pela presença da cidade empresarial e pela extração de bauxita no projeto da Mineração Rio do Norte (MRN). A intensidade, entretanto, é variável segundo a localização dos assentamentos humanos em relação ao núcleo mina-porto de Porto Trombetas.

As mudanças ocorridas a partir da década de setenta estão vinculadas ao desenvolvimento do município de Oriximiná e aos projetos econômicos e políticos nessa região. A criação da REBIO foi propulsora de mudanças mais intensas. Parece um contra-senso falar de uso humano da terra numa reserva biológica que se supõe desabitada por seres humanos. Todavia esta combinação tem sido prática corrente na Reserva Biológica do Rio Trombetas no qual se desenvolve um uso permanente dos recursos por grupos tradicionais. Nos referimos à etnia indígena Wai Wai que mora dentro da Reserva Biológica do Trombetas há milênios e às comunidades remanescentes de quilombos, ocupantes há mais de dois séculos, das margens do rio Trombetas e dos lagos interiores como o Ajudante e o Erepecu. Estas situações revelam os vácuos da legislação ambiental, que acoberta posições regidas e princípio excludente.

A questão fundamental é saber o que é protegido e quem protege. Segundo o Dicionário Ambiental Constitucional, as unidades de conservação são “espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias de proteção” (Silva, 1994)¹². Essas unidades, dependendo do tipo, podem ser compatíveis com a presença de populações tradicionais. A concepção legal da REBIO impede essa presença.

O órgão executor, na atualidade o IBAMA, segue de perto o debate ambientalista mundial que impôs mediações de diferentes níveis da sociedade civil. No presente têm emergido, como consequência desse debate, várias abordagens para tratar a questão ambiental e sua relação com os impactos advindos da *ação antrópica*. São exemplos as metodologias que reconhecem a intervenção humana e procuram aprofundar formas de monitoramento desses impactos nas unidades de conservação. Sob tal classificação, tem-se observado, em inúmeras regiões do país, a emergência de conflitos, justamente no debate entre as áreas nas quais é permitida a exploração controlada dos recursos naturais (uso direto) e aquelas onde essa exploração é proibida (uso indireto).

¹² Conforme Artigo 2º da Lei 9985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Silva, 1994).

A situação no rio Trombetas é de vigência de duas unidades de conservação – Floresta Nacional de Saracá-Taquera¹³ e Rebio Trombetas – que sendo contíguas, representam um corredor de preservação importante. No primeiro caso, o IBAMA conta com a MRN como sua parceira principal.

O estatuto de uso restrito, como instrumento legal, sofre contestações em função da dinâmica social e do aumento de pressões sobre os recursos. O IBAMA é severamente criticado por uma posição pouco eficiente na preservação do lago e nas áreas da reserva, e por quebrar as parcerias que poderiam ser celebradas entre o órgão e as comunidades. Referiam-se os entrevistados a um acordo feito com a chefia do IBAMA em Porto Trombetas, de parceria na fiscalização do lago, -a autorização de entrada no lago é fornecida por esse órgão. As lideranças exigem que funcionários da MRN, que têm entrada no lago com frequência para pescar, também solicitem autorização e as cópias sejam encaminhadas às lideranças da Associação.

Os argumentos hoje tomam novos rumos, pois os grupos de antiga ocupação reconhecem que é necessário evitar a entrada, no lago, de outros atores que vêm em busca dos recursos como a coleta da castanha, disputando os espaços do castanhal com eles, de pescadores com malhadeiras grandes e finas, de pessoas que têm outros fins que não sabem ainda identificar. Descrevem suas práticas como não-predadoras: as roças são pequenas, apenas para o consumo; o peixe e a caça, abundantes nos lagos e nas matas, não são obtidos com técnicas de captura intensiva, como arrastão, malhadeira de longo alcance; caçam ainda animais em manadas como a queixada, que é um animal que se desloca em grupo. Os conflitos são alimentados pela memória de mortes, pela apreensão de utensílios de trabalho, pela fiscalização – “de panelas, caçarolas, para ver o que a gente tava comendo, e derrubar no chão para os cachorros” – como narrou um informante. Esses atos têm como resultado o medo, o apavoramento e a coibição que institui a ordem ecológica e política que não considera a prioridade dos grupos sociais, sua história e cultura. Eles necessitam opinar e participar na elaboração de políticas de conservação, identificando nelas os interesses locais e os compromissos coletivos no tocante à distribuição de benefícios.

¹³ Comunidades existentes dentro da Flona Saracá Taquera denunciaram o crime ambiental que está sendo praticado pela MRN explorando minérios em área proibida da floresta. O IBAMA marcou uma audiência pública em uma das comunidades para discutir a denúncia. (Moradores denunciam..., 2002).

Referências

- ACEVEDO, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 521-537.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STEIFFENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* (seguido de: BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*). Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento – SEPLAN, 1976.
- BENATT, José Heder. A criação de Unidades de Conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais, um problema agrário ou ambiental? *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 1, p. 33-49, 1998.
- CASTRO, Edna; ACEVEDO, Rosa. *Diagnóstico da situação das comunidades localizadas na Reserva Biológica do rio Trombetas*. Belém: IBAMA, 2000.
- COUDREAU, Otille (Org.). *Voyage au Trombetas (7 août 1899-25 nov. 1899)*. Paris: Lahure, 1901.
- CPI/ARQMO/EMBRAPA. *Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas*. 2000.
- CRULS, Gastão Luis. *Hiléia Amazônica*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.
- DELÉAGE, Jean-Paul. Uma ecologia mundo. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA, 1997. 445 p.
- GOULART, José Alípio. *O regatão: mascate fluvial da Amazônia*. Rio de Janeiro: Consquista, 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Programa Raízes*. Belém, [s.d.] (mimeo.)
- LIPIETZ, Alain. Cercando os bens comuns globais: negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito Norte/Sul. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA, 1997. 445 p.
- MORADORES denunciam exploração ilegal na Floresta de Sacará-Taquera. *O Liberal*, Belém, 28 mar. 2002.
- PELUSO, Nancy Lee. *Rich forest, poor people: Resource control and resistance in Java*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. 2 v. (1. ed. 1867).
- RODRIGUES, J. Barbosa. *Exploração e estudo do Vale Amazonas, Rio Trombetas*, 1875.
- SILVA, J. A. *Dicionário ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

VIDAL, Lux Boelitz. O índios na Amazônia: um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes, 1991.

VIEIRA, Paulo; WEBER, Jacques. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. *Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le régime colonial et sous l'Empire (XVII^{ème} – XIX^{ème} siècles)*. Paris, 1985. (Tese de Doutorado apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Revista Travessia*, p. 30-35, maio/ago. 1996.

AVE-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

BENCHIMOL, Samuel. *Navegação e transporte na Amazônia*. Manaus: Ed. Tipográfica, 1995.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. (Série Monográfica, n. 29).

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.